



# Anais da Assembléia

N. 124

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XLII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 105.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1.987  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e David Cheriegate.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lindolfo Júnior, José Alves, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nereu Carlos Massignan, Rafael Greca, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (16). Achando-se em licença a Senhora Deputado Ironi Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N. 101/87

Curitiba, 08 de outubro de 1987.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do art. 1.<sup>o</sup>, da Lei n. 7.522, de 17 de novembro de 1981, que dispõe sobre autorização a fim de que o Poder Executivo subscreva aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, mediante integralização pela incorporação de imóvel de propriedade do Estado.

O imóvel que a Lei n. 7.522/81 autoriza seja incorporado ao patrimônio da COHAPAR, situado à Rua Barão de Antonina, n. 325, está atualmente ocupado pela Associação do Deficiente Motor, onde mantém as instalações da Escola Especializada Tia Vivian Marçal.

Diante do fato de que, o móvel previsto na atual redação da lei n. 7.522/81 ainda não foi transferido à Companhia de Habitação do Paraná e tendo em vista o elevado interesse público no sentido de que o mesmo seja doado à Associação do Deficiente Motor, a Administração pretende destinar à COHAPAR, para construção de sua sede, outro imóvel, constituído de área de 1.254,44 m<sup>2</sup>, situada à Rua Treze de Maio, nesta Capital.

Assim sendo, o anteprojeto de lei ora proposto a essa Augusta Casa de Leis simplesmente retifica o art. 1.<sup>o</sup> da Lei n. 7.522/81, para que dele conste que o imóvel da Rua Treze de Maio será transferido ao patrimônio da COHAPAR e, em consequência, que o da Rua Barão de Antonina seja doado à Associação do Deficiente Motor, doação esta para finalidade certa e com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

## PROJETO DE LEI N.

Art. 1.<sup>o</sup> - O art. 1.<sup>o</sup>, da Lei n. 7.522, de 17 de novembro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel com área total de 1.254,44 m<sup>2</sup>, constituído de dois lotes de terrenos, sem benfeitorias situados na Rua Treze de Maio, no São Francisco, nesta Ca-

pital, objeto da transcrição n. 50.403, do livro 3-R, do Cartório do Registro de Imóveis, da 1.ª Circunscrição da Comarca da Capital."

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação do Deficiente Motor o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Barão de Antonina, n. 325, com as seguintes características: terreno de forma retangular, constituído pelo lote n. 10 (dez) da quadra n. 58 (cinquenta e oito), setor n. 31, zona n. 1, com 42,75 metros de frente e 21,60 metros de fundos, perfazendo a área de 923,40 metros quadrados, contendo uma construção de alvenaria e um galpão de madeira, adquirida por escritura pública de desapropriação amigável, lavrada às fls. 96-v, do livro 461, do 1º Tabelionato desta Capital.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e será utilizado pela donatária exclusivamente nas instalações da Escola Especializada Tia Vivian Marçal, revertendo ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

#### MENSAGEM N. 102/87

Curitiba, 15 de outubro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que objetiva acrescentar parágrafo único ao art. 4º, da Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, dispondo que, verificada a necessidade do serviço, os titulares dos cargos de Delegado Geral e Corregedor da Polícia Civil não serão classificados no quadro Suplementar, enquanto permanecerem na respectiva titularidade.

Na anexa cópia autêntica do Ofício n. 1.297/87, de 10 de setembro de 1987 e na justificativa dele constante, a mim dirigidos pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, estão contidos os necessários esclarecimentos quanto à conveniência, oportunidade e elevado interesse público de que se reveste o Plano de Lei Complementar ora submetido à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.

Art. 1º - O Art. 4º da Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação.

"Art. 4º - ...

Parágrafo Único - Verificada a necessidade do serviço, os titulares dos cargos de Delegado Geral e Corregedor da Polícia Civil não serão classificados no Quadro Suplementar, enquanto permanecerem na respectiva titularidade".

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

OFÍCIO N. 1.297/87

Curitiba, 10 de setembro de 1987.

Senhor Governador:

Para a elevada apreciação de Vossa Excelência, tenho a honra de encaminhar o incluso anteprojeto de lei complementar e respectiva justificativa, visando estabelecer o adiamento do ingresso no Quadro Suplementar da Polícia Civil dos ocupantes dos cargos de Delegado Geral e Corregedor da Polícia Civil, conforme especifica.

Aprovada a presente proposição, encargo as necessárias determinações de Vossa Excelência para a remessa de Mensagem Governamental específica à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

(a) ANTÔNIO LOPES DE NORONHA  
Secretário da Segurança

A designação dos cargos diretivos da SESP está conjugada a um plano de trabalho plurianual, cuja execução deverá estender-se por todo o período de governo.

São posições de extrema importância dentro da estrutura desta Pasta, que necessitam acima de tudo mútua confiança, perfeito e duradouro entrosamento.

Como suporte a esse desiderato, observa-se que na Polícia Militar do Estado, há amparo legal para a continuidade do Comandante Geral e do Chefe do Estado Maior, objetivando-se resguardar a permanência daqueles que, por serem merecedores da confiança do Governo do Estado, foram distinguidos com a honrosa e difícil missão de dirigir a corporação policial militar (Lei n. 7.826/83).

O mesmo não ocorre na Polícia Civil, posto que a Lei Complementar n. 19/83, modificada pela Lei Complementar n. 35/86, determina que os ocupantes das carreiras policiais, quando atingirem o final da carreira, sejam compulsoriamente aposentados ou passem para o Quadro Suplementar, com perda significativa de vantagens sala-

riais.

É oportuno referir que a Lei Complementar Federal n. 51/85, ao revogar em seu art. 4º as disposições em contrário, é taxativa ao dispor que a aposentadoria compulsória do policial só deverá ocorrer aos 65 anos de idade.

Atualmente, o que se verifica na Polícia Civil é o fato de servidores com até 48 anos de idade, por força dos dispositivos acima citados, são aposentados recebendo os mesmos salários da ativa, quando ainda tinham muito a oferecer à organização policial resultando na relativa carência de pessoal experiente para o desempenho de determinadas missões e chefias.

Esta constatação, tendo em vista a legislação federal já mencionada, foi objeto de determinação do Titular da Pasta para que se procedessem estudos visando reformular o Estatuto da Polícia Civil, ora composto por várias leis (Leis Complementares n. 14/82, 19/83, 24/84, 29/86 e 35/86), com a finalidade de colocar o Paraná nas mesmas condições das demais unidades Federativas que, certamente, regem seus Estatutos pelos preceitos basilares da Constituição Federal.

A presente proposta visa padronizar a situação do Delegado Geral e do Corregedor da Polícia Civil, os quais fazendo parte da equipe de trabalho da Secretaria da Segurança Pública, carecem das mesmas prerrogativas oferecidas aos supracitados postos de cúpula da PMPR, justificando-se portanto a aplicação de tratamento isonômico tendente a corrigir a evidenciada discriminação.

#### Ofícios:

So os nºs DTL/143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158 e 159/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

64/87 - do Senhor Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Pato Branco, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.575.- Anote-se. Arquite-se.

95/87 - do Senhor Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que acresce parágrafos ao artigo 3º da Lei nº 7.231, de 24 de outubro de 1979, o qual convertido em Lei tomou o número 8.576.- Anote-se. Arquite-se.

181/86 - do Senhor Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PRUDENTÓPOLIS - APAE", com sede e foro na cidade de Prudentópolis - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o

nº 8.577.- Anote-se. Arquite-se.

249/86 - do Senhor Deputado MÁRIO PEREIRA, que denomina ATÍLIO MEZZON, o trecho da Rodovia que liga a sede do município de Nova Aurora ao seu Distrito de Palmitópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.578.- Anote-se. Arquite-se.

255/86 - do Senhor Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO SECE", com sede na cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.579.- Anote-se. Arquite-se.

46/87 - do Senhor Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina de "DOUTOR ARNALDO BUSATO", o Centro de Saúde I, do município de Santa Terezinha do Itaipu, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.580.- Anote-se. Arquite-se.

47/87 - do Senhor Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de Utilidade Pública a CÂMARA JÚNIOR DE CASCAVEL - CAJUVEL, com sede e foro no município de Cascavel, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.581.- Anote-se. Arquite-se.

57/87 - do Senhor Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, com sede no município de Boa Vista da Aparecida e foro no município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.582.- Anote-se. Arquite-se.

59/87 - do Senhor Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DE SANTANA DO ITARARÉ, sediada à rua Paraná, 72, no município de Santana do Itararé, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.583.- Anote-se. Arquite-se.

84/87 - do Senhor Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública Estadual a SOCIEDADE BENEFICENTE OPERÁRIA PALMENSE, com sede e foro na cidade de Palmas, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.584.- Anote-se. Arquite-se.

90/87 - do Senhor Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS DO BANESTADO, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.585.- Anote-se. Arquite-se.

92/87 - do Senhor Deputado NELSON VASCONCELOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URAIENSE, com sede e foro no município de Uraí, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.586.- Anote-

-se. Arquite-se.

93/87 - do Senhor Deputado BASÍLIO ZANUSO, que concede o título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná, para a Professora DIVA VIDAL, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.587.- Anote-se. Arquite-se.

99/87 - dos Senhores Deputados HERMAS BRANDÃO e JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que denomina a PR-431, no trecho compreendido entre as cidades de Ribeirão Claro e Cambará, de "RODOVIA BENEDITO MOREIRA", o qual convertido em Lei tomou o nº 8.588.- Anote-se. Arquite-se.

100/87 - do Senhor Deputado JOÃO ARRUDA, que acresce parágrafos ao artigo 1º, da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.589.- Anote-se. Arquite-se.

115/87 - do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública, a "ACADEMIA PARANAENSE DE MEDICINA", com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.590.- Anote-se. Arquite-se.

119/87 - do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL PRINCESA ISABEL, com sede e foro no município de Cerro Azul, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.591.- Anote-se. Arquite-se.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 295/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores 1º de Julho, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores 1º de Julho, com sede no Bairro do Xaxim, em Curitiba, como a maioria das Associações de Moradores, presta relevantes serviços àquela comunidade representando e defendendo os interesses daqueles moradores.

Estatutariamente a referida associação se pauta pelas seguintes finalidades: unir os moradores das vilas abrangentes, estimular o espírito de solidariedade entre as comunidades, manter serviços assistenciais e cooperativos, estimular a cultura, educação, saúde e lazer, bem como representar

a comunidade perante as autoridades.

Dispõe o mesmo estatuto que todos os cargos exercidos na direção da associação não são remunerados.

Por preencher os requisitos necessários ao enquadramento como Utilidade Pública, espero contar com o apoio dos demais Parlamentares na aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 296/87.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Missionários do Mestre - município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Missionários do Mestre é entidade de caráter religioso e beneficente, que tem por objetivos básicos o estudo teórico e prático da Doutrina de Allan Kardec, a criação de escolas para instrução doutrinária, bibliotecas, alburques e hospitais para os carentes, bem assim, tudo que for aconselhado no campo assistencial. Trata-se de entidade fundada em 1961, portanto, com 16 anos de trabalho beneficente em prol da comunidade carente.

PROJETO DE LEI Nº 297/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - A Secretaria de Segurança Pública publicará, quinzenalmente, no Diário Oficial do Estado, a lista de todos os veículos automotores furtados que foram apreendidos pela Polícia do Estado.

Art. 2º - Na publicação deverá constar as seguintes características do veículo apreendido:

- número de chassis;
- número de placa;
- cor;
- modelo;
- marca;
- ano de fabricação.

Art. 3º - Todas as Delegacias de Polícia do Estado deverão afixar a lista pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento desta, em local de livre acesso ao público.

Parágrafo Único - A Secretaria de Segurança Pública encaminhará a lista a todas as Delegacias de Polícia do Estado

dentro do prazo de 7 (sete) dias, a contar da data da publicação desta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O número de furtos de veículos automotores cresce a cada dia, tanto na zona urbana como rural. Além de representar um patrimônio de valor elevado para seu proprietário, o veículo automotor é, via de regra, indispensável ao trabalho. É instrumento de trabalho. Conseqüentemente a perda deste bem, ocasionada por furto, constitui-se em prejuízo irrecuperável que se avoluma na medida em que transcorre o tempo, até sua recuperação possibilitada pela apreensão deste pela Polícia. Todavia, os veículos furtados freqüentemente são recuperados em localidades distantes daquela onde registrou-se a ocorrência e, já havendo alterações de características, tais como placa e documentos, que dificultam a localização da origem e do proprietário do veículo recuperado.

A publicação da lista dos veículos apreendidos, poderá ser realizada a partir do procedimento rotineiro em que se utilizam materiais e estruturas já disponíveis dentro da Secretaria de Segurança Pública, não incorrendo em despesa para o erário público. Antes representará economia para este, ao tornar desnecessárias as buscas aleatórias de difícil resultado prático. Com esta medida, puramente administrativa, o Estado ganhará em eficiência ao poder contar com a contribuição dos maiores interessados na localização dos veículos furtados - seus proprietários.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Lida e aprovada a Ata; finda a leitura do Expediente e não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, iniciamos o Grande Expediente.

No Grande Expediente concedemos a palavra ao Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu pretendo abordar aqui, hoje, a questão da política agrícola e a questão da política agrária, a nível nacional, que reflete diretamente no Estado do Paraná.

Para o Governador Álvaro Dias, viabilizar a pequena propriedade é realizar a verdadeira Reforma Agrária, conforme disse em Floresta - no último final de semana - durante a inauguração do sistema de irrigação de um assentamento que reúne 43 famílias de bóias-frias no Município.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós

estivemos, no último dia 23 deste mês, na quinta-feira passada, numa reunião da Associação de Municípios do Sudoeste do Paraná, a pedido da Comissão Agropecuária dessa Associação e junto com a Associação de Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná. Com relação a esta colocação do Sr. Governador Álvaro Dias - de que fazer Reforma Agrária é viabilizar a pequena propriedade, é que nós, neste momento, trazemos junto as reivindicações do Sudoeste com relação à questão da política agrícola, porque como nós sabemos que a Reforma Agrária no Paraná está sendo feita às avessas.

As pequenas e as médias propriedades a cada dia se inviabilizam pela falta de uma política agrícola conseqüente e que realmente beneficie o nosso produtor.

Nessa reunião foram discutidas questões importantes, tais como: a cobrança judicial através da execução de agricultores que estão perdendo as suas propriedades, indo a leilão; agricultores inadimplentes pela política agrícola ou agricultores que fizeram investimento, inicialmente de crédito agrícola, sendo-lhes oferecido, posteriormente, empréstimo de crédito pessoal, principalmente em bancos não oficiais. E esses créditos pessoais, em bancos oficiais, com altas taxas de juros, têm inviabilizado a possibilidade desses agricultores manterem as suas propriedades. Foi discutida também a questão do PRÓ-LEITE, foi discutido a questão do PRONAGRI, que é um programa que arrecadou verba do Banco Mundial, destinado inicialmente para a agroindústria, com altas taxas de juros, com correção por OTN, que também está inviabilizando esses agricultores.

E queremos também dizer que, nesta reunião, foi citado o apoio e as propostas dos Secretários de Agricultura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com relação principalmente à suinocultura, à comercialização do milho e outras questões importantes para a região do Sudoeste do Paraná. Discutiu-se também a questão da incidência do ICM sobre o leite e se decidiu discutir e ampliar essa discussão no Sudoeste, pela mobilização na região, trazendo, às vezes, até de volta a luta histórica do Sudoeste, como possivelmente até o bloqueio de estradas no sentido de que o Sudoeste e sua agricultura possam ser atendidos.

Desta reunião; Srs. Deputados, foi encaminhado telex ao Sr. Governador e ao Secretário da Agricultura alertando e trazendo ao seu conhecimento que um número expressivo de propriedades rurais estão sendo executadas judicialmente para quitar o débito dos proprietários ante o financiamento agrícola contratado junto às

instituições bancárias.

Telex também foi enviado ao Sr. Governador do Estado, ao Presidente do BANESTADO, com conhecimento do Secretário Osmar Dias que, em reunião conjunta nesta data, os agricultores reivindicam a dilatação do prazo do programa PRÓ-LEITE até 30 de março de 1988, com isenção da correção monetária em 50%.

Na mesma reunião, foi colocada solicitação de esclarecimentos ao Sr. Ministro Bresser Pereira, com conhecimento do Governador Álvaro Dias, do porquê do Tesouro Nacional ainda não ter assumido a correção monetária dos financiamentos contratados pelos agricultores no PRONAGRI, visto que assumiu a correção monetária de todos os financiamentos em outros programas durante o Plano Cruzado, sendo que o PRONAGRI significa um valor irrisório e que, se não solucionado, haverá falência de todos os tomadores deste recurso.

Ao mesmo tempo, tomamos conhecimento da reunião de Florianópolis, em 13 deste mês, onde se discutiu junto com os Secretários de Agricultura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conjuntamente com políticos e lideranças do setor de agricultura, a grave crise por que passa a suinocultura e avicultura. Foram encaminhados os seguintes pleitos:

- Correção imediata do preço mínimo do suíno por Cz\$ 36,00 por quilo, devendo ser ajustado mensalmente por OTN's.
- Redução da carga tributária incidente sobre as carnes suína e de aves.
- Redução dos preços de insumos, via mecanismo de incentivo, com a finalidade de baratear os custos de produção.
- Formação imediata do estoque regulador de carne suína de 20 mil toneladas, conforme já prometido anteriormente.
- Garantia de suprimento de milho até a entrada da próxima safra, com interiorização imediata para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Liberação das cotas de exportação de carne bovina.
- Priorização das desovas dos estoques oficiais através de consumo institucional, merenda escolar, Forças Armadas e outros órgãos oficiais.
- Manutenção da venda direta de milho aos criadores.
- Liberação imediata dos preços de varejo da carne de frango, suíno e seus derivados.
- Garantia de recursos para investimento e custeio dos plantéis e prorrogação dos EGFs e custeio de milho.

Senhores Deputados, estas propostas foram defendidas na reunião de Florianópolis.

Em Brasília, algumas opiniões foram colocadas pelo Secretário Osmar Dias, do

Paraná. Disse ele que o Governo deveria basear-se nos custos atuais, uma vez que foi ineficiente no controle do preço dos insumos destinados à suinocultura.

Falou ainda Osmar Dias que é muito provável que o Governo Federal decida sobre os novos preços mínimos quando os preços de mercado já forem superiores. Mas existem críticas. O Ministro Íris Rezende anunciará na próxima semana a formação do estoque regulador de carne suína. Segundo o Secretário, esta promessa já foi feita há mais de três meses e não foi cumprida. Esperamos que desta vez se concretize.

Com relação ao suprimento do milho, estas palavras textuais do Ministro Íris Rezende: - "Se o Paraná realmente vir a precisar do milho e o mesmo tiver que vir de Goiás, será colocado no Paraná nas mesmas condições em que é oferecido aos produtores do Nordeste."

Dois dias após, tivemos a comercialização do milho no Paraná, com 23% de aumento. Assim como foi dito pelo próprio Secretário que lamentável é que os produtores do Paraná continuarão a comprar milho do Governo Federal nas mesmas condições de hoje, ou seja, em condições desfavoráveis em relação àquelas dos produtores de São Paulo.

Não bastasse isso, com todas as contradições e os conflitos da política agrícola que cada vez mais inviabiliza a nossa agricultura, principalmente o pequeno e médio produtor, que afeta essencialmente o Sudoeste do Paraná, nos surpreendemos ontem e hoje com a demissão do Secretário de Estado Especial de Assuntos Fundiários, Luiz Felipe Haj Mussi, demissão expontânea do cargo de Secretário do Governo Álvaro Dias.

Em função do Decreto-Lei do Presidente José Sarney, inviabilizando completamente a Reforma Agrária no País, principalmente nos Estados do Sul, numa proteção, sem dúvida nenhuma, aos latifúndios por exploração e também, por extensão. E nós percebemos que no Decreto-Lei do Presidente José Sarney existe a intenção de uma vez mais incentivar os projetos agropecuários tipo colonização, com a finalidade precípua de deslocar o processo e a discussão da Reforma Agrária no Sul do País, onde realmente estão presentes os agricultores sem-terra, os verdadeiros agricultores sem-terra, para o Norte do País.

E a respeito do Secretário Luiz Felipe Haj Mussi, eu queria pessoalmente lamentar a sua saída desta Secretaria, porque tivemos oportunidade, na semana passada, de estarmos com o Secretário Mussi, no Sudoeste, exatamente no Município de Renascença, tentando encaminhar a questão de 300 famílias que estão acampadas e ocu-

pando áreas no Município de Renascença. Trezentas famílias que realmente, após um processo longo de negociação com o Secretário Mussi, optaram por aceitar um acampamento provisório de terra cedido por um proprietário ao INCRA para que ali durante um ano e seis meses as famílias permanecessem até que pudesse haver o assentamento dessas famílias após desapropriações pelo Governo Federal, depois da devida triagem e encaminhamento dos reais agricultores para o assentamento para que viabilizem a proteção de sua família e a produção de alimentos.

Srs. Deputados, trazemos nesta oportunidade a nossa preocupação pelo que está acontecendo no Estado que reflete muito no que acontece no Sudoeste do Paraná, mas queremos antes refletir isto que está acontecendo conosco, principalmente devido ao Governo Federal, que não defende uma política agrícola para proteger nossos pequeno e médio produtores, assim como também vem demonstrar através do Decreto-Lei do Presidente José Sarney a completa inviabilização da Reforma Agrária no País, e principalmente no Paraná e demais Estados do Sul, onde nós temos grande demanda de trabalhadores e agricultores sem-terra.

E quero deixar neste momento também a minha preocupação com os companheiros do PMDB, pelo longo tempo que nós nos comprometemos com as mudanças, com a transformação social, com a Reforma Agrária, enfim, com as reformas de base. E esta preocupação que trago reflete no dia a dia da nossa atividade. E nós sentimos um recrudescimento violento, e que presumo de muita preocupação nos próximos dias e nos próximos anos, dos movimentos sociais que estão insatisfeitos e descrentes dos poderes constituídos, porque os seus anseios não são atendidos.

Eu coloco neste momento o meu agradecimento ao ex-Secretário de Estado, Luiz Felipe Haj Mussi, que se portou muito bem durante o Governo Álvaro Dias e, inclusive com algumas observações desairosas que querem colocar para a saída do Secretário Mussi, como problemas internos do Governo, em confronto com o Secretário Osmar Dias, o que, na verdade, eu não aceito, porque tive a oportunidade de colocar, hoje, a defesa do Osmar Dias, pela questão da agricultura no Paraná e também a defesa do Secretário Mussi pelo processo de Reforma Agrária no Estado. E tenho certeza que o Secretário Mussi realmente deixa a Secretaria, porque com o Decreto-Lei do Presidente Sarney, nada mais tem a fazer à frente de uma Secretaria que pretenderia fazer a Reforma Agrária no Estado, sendo que ela está inviabilizada a nível nacional. E que esta atitude do Secretário Mussi, sirva para mexer com os brios do nosso

Partido, dos nossos companheiros do PMDB e até mesmo alertar o Governador Álvaro Dias, de que a Reforma Agrária está inviabilizada.

Eu gostaria que o Governador Álvaro Dias, na impossibilidade de encaminhar o processo de Reforma Agrária, inclusive extinguisse esta Secretaria, porque ela não tem mais papel nenhum a cumprir no Estado do Paraná, uma vez que, há mais de sete meses, estamos sem a desapropriação de nenhuma área para assentamento da imensa quantidade de agricultores sem-terra neste Estado.

E que, se nós pudéssemos, neste momento, e eu peço apoio dos companheiros do Sudoeste, também dos companheiros de Bancada e de todos os Parlamentares desta Casa, para que nós pudéssemos tentar, junto ao Governador Álvaro Dias, salvar o pequeno e médio agricultor que está indo para execução judicial, nas várias regiões do Paraná, por estar inadimplente.

Tem o aparte o Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu agradeço a oportunidade, quando Vossa Excelência bem traz ao debate duas preocupações fundamentais para o Paraná e para o Brasil.

Quanto a questão da Reforma Agrária, eu vou, no Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, fazer um pronunciamento nesta Casa, especificamente questionando a postura do governo e o processo de Reforma Agrária que estamos vivendo no dia de hoje.

Mas, queria também hipotecar a minha solidariedade à sua outra preocupação com relação à política agrícola que está condenando ao extermínio e ao fim uma categoria que sempre foi e continua sendo muito importante para este Estado, que foi conhecido, nacionalmente como Estado agrícola, que são os pequenos produtores agrícolas.

E digo mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tomamos conhecimento, nesta semana, também de mais um outro artifício que visa acabar com os pequenos agricultores, também os do Sudoeste do Paraná. Fomos comunicados por líderes políticos, por líderes sindicais por representantes dos movimentos ligados à agricultura, de que estão vivendo mais um começo de uma fase de terror, terror este que se liga ao crédito agrícola que envolve um grande número de produtores agrícolas que contraíram financiamentos antes da decretação do Plano Verde, do Governo Federal. Nos contratos consta que o juro seria de 10%. Como o Plano Verde mudou a política agrícola brasileira, nesta semana, até a data de amanhã, estão sendo chamados todos os produtores para assinar um Aditivo, adaptando os encargos financeiros que vão alterar em



mais de 100% os encargos dos custos dos financiamentos agrícolas da região, e creio eu que é de todo o Paraná. Isso nos preocupa, segundo a afirmação dos gerentes bancários, eles se enquadrarão e pagarão mais que 400% entre juros e outros encargos, durante um ano de financiamento agrícola.

Portanto, nobre colega, hipoteco a minha solidariedade à sua preocupação em defesa dos pequenos produtores, dos pequenos proprietários, dos trabalhadores rurais, também os do Sudoeste, mas como nós somos homens públicos do Paraná, temos que nos preocupar com os trabalhadores, com os homens da roça do Paraná todo. E nós, certamente como faz Vossa Excelência, todos nós deveríamos levantar a voz e criar uma intranquilidade política para os banqueiros, para o governo federal que está arrasando com os pequenos, somente para favorecer a concentração do poder dos banqueiros, dos latifundiários e do grande capital.

Muito obrigado, nobre colega.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Eu agradeço a intervenção do nobre Deputado Pedro Tonelli, que tem militância junto ao trabalhador rural e ao agricultor.

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, nós estamos observando também com preocupação o problema dos agricultores, principalmente do micro, pequeno e médio produtor rural. E infelizmente, Deputado, eu não tenho nenhuma condição de afirmar que a curto ou a médio prazo os agricultores terão a solução dos seus problemas.

Até porque, há poucos dias, eu participava de uma reunião com os produtores de trigo da região oeste, juntamente com o Banco do Brasil, o CETRIM. Os agricultores daquela região convidaram esses dois organismos governamentais para discutir o problema do trigo, mas não reivindicavam o aumento do preço mínimo do trigo naquele momento, porque entendiam que os homens da cidade, os consumidores do trigo, não teriam o poder aquisitivo para consumir os seus produtos, o produto que eles estavam produzindo, pelo achatamento salarial na cidade.

Por outro lado, o que eles indicavam como o grande problema da agricultura, basicamente eram dois: o problema dos custos financeiros de produção, onde o absurdo, a usura do setor financeiro é viva, é gritante e com a conivência do governo federal, porque o setor financeiro atua com as suas diretrizes.

E, por outro lado, dos custos dos insumos para a produção do trigo e de tantos outros produtos, que controlados por monopólios, por oligopólios nacionais e estrangeiros, impunham a esses trabalhadores um custo altíssimo pelos seus insumos e que acabava pelo seu custo, pelas despesas financeiras de produção elevando sobremaneira o custo de produção e consideravelmente o valor do produto final e que na cidade, por outro lado, onde se localiza o centro consumidor não existe e não existia poder aquisitivo para se consumir aos níveis necessários de remuneração ao produtor.

Portanto, nobre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, eu não vejo, enquanto neste País não mudar a sua estrutura, o seu modelo de desenvolvimento econômico, qualquer possibilidade para a solução dos problemas dos produtores e nem dos consumidores. Porque o modelo já está aí colocado e voltado para a exportação, para a contenção do consumo via arrocho salarial e elevação de preços. Além disso, o papel de domínio político que exercem sobre o governo, o setor financeiro e os grandes monopólios, que impõem o preço que eles querem, até porque são só eles que dominam o processo de tecnologia de produção dos insumos. E no setor financeiro, quem detém a concentração de recursos para financiamentos, são também grandes grupos.

Portanto, Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, não vejo nenhuma possibilidade, mas estamos juntos na luta com os agricultores. Em contato com eles, tenho sido honesto em dizer que, enquanto prevalecer este tipo de governo, subjugado por essas forças que impõem sacrifícios aos produtores e aos consumidores, não há solução para quem produz; porque quem produz hoje não se apropria do fruto do seu trabalho; quem se apropria são esses segmentos já citados.

Queria fazer esse registro, Deputado, porque considero o seu pronunciamento da maior importância. Entrando na questão da Reforma Agrária, como já foi dito por Vossa Excelência e pelo Deputado Pedro Tonelli, definitivamente vemos um golpe na Reforma Agrária, duríssimo e que, embutido nesse Decreto surgiu um outro fato, que deve ser considerado, e que vamos ver essa prática acontecendo, daqui para a frente. No decreto está explícito que o Governo concederá incentivos fiscais para os projetos de colonização. Portanto, vamos revê-los privados, com incentivos fiscais, que não atendem, no nosso entendimento, os interesses do homem sem-terra, mas sim, atendem os interesses dos grupos econômicos que vão atuar nessa área.

Gostaria de fazer esse registro, e agradeço o aparte, nobre Deputado.



O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Concorde com as colocações de Vossa Excelência.

Acho que corremos o risco de voltarmos aos velhos tempos dos Projetos de Colonização, que já demonstraram historicamente que nenhum benefício trazem à nossa população trabalhadora.

Acho que foi muito oportuna a colocação do nobre Deputado com relação à possibilidade de consumo pelo trabalhador urbano, e nos detivemos a analisar, nestes dias, quando estava sendo proposto o aumento salarial aos militares e aos servidores públicos, de 47 a 50% e o Ministro Bresser Pereira propondo 10% para a classe trabalhadora! Eu acho que são essas contradições que realmente não oferecem condições para que nós, do PMDB, que procuramos ter uma ligação histórica com o Partido e com o seu programa, tenhamos condições de apoiar o Governo Federal, pelas suas atitudes, pelas suas incompreensões e pelas suas contradições.

Deixo aqui registrado na Assembléia Legislativa do Paraná, a minha preocupação com o que está acontecendo a nível nacional, no Paraná, mas principalmente no Sudoeste, porque eu creio que, a continuar como está, dentro dos próximos meses, teremos movimentos sociais dos mais sérios e por que não, dos mais justos, no Sudoeste do Paraná, e compete a nós, que fomos eleitos com uma parcela de apoio, importante, dessa Região, defendermos aqui e colocarmos a nossa preocupação com relação a esses movimentos.

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa comunica aos Srs. Deputados, que o Sr. Deputado Antônio Annibelli, Presidente desta Casa, emitiu Nota Oficial a respeito dos fatos lamentáveis ocorridos com o nosso companheiro Deputado Anibal Khury, matéria inclusive distribuída para a imprensa, mostrando a posição da Assembléia Legislativa com respeito ao episódio.

Para o conhecimento dos Srs. Deputados e dos demais interessados, o Sr. 1º Secretário procederá à leitura dessa Nota Oficial da Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Cândido Bastos) - (Procede à leitura da Nota Oficial)

"Nota Oficial.

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa lamenta a tentativa de seqüestro de que foi alvo, na madrugada deste dia, o Sr. Deputado Anibal Khury, 1º Secretário desta Casa, e informa que o dirigente Parlamentar se encontra recolhido à sua resi-

dência, são e salvo, repousando conforme orientação médica, após ter sido resgatado pela pronta intervenção das Forças Policiais que servem em Curitiba.

As circunstâncias da ocorrência estão sendo investigadas, e o Poder Legislativo agradece as inúmeras manifestações de solidariedade que têm chegado de todos os pontos do Estado, desejando pronto restabelecimento ao Deputado Anibal Khury.

Curitiba, 28 de outubro de 1987.

(a) Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI.  
Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Horário das Lideranças consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do Horário que lhe é reservado.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se deseja fazer uso do Horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Luiz Felipe Mussi ontem pediu demissão e sua exoneração como titular da Secretaria Especial para Assuntos Fundiários, assunto que certamente nos interessa.

Mas o que nos interessa nesse episódio é sabermos quais as causas que o levaram a pedir sua demissão, pois certamente essas causas revelam a grande trama que o Governo Federal está fazendo contra a Reforma Agrária, e revela, também, a fraqueza e a falta de responsabilidade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro com as causas apontadas por Mussi.

É bom lembrar:

Diz Luiz Felipe Mussi: "O Governo Federal abraçou as causas e as propostas da UDR, mudando para pior até as propostas que estão no anteprojeto da Constituição feitas por Bernardo Cabral. Com isso, o Governo com medo da Constituinte se antecipou e aprovou por decreto as propostas da UDR."

Outra preocupação, a extinção do INCRA, para Mussi é uma cortina de fumaça para encobrir os reais objetivos do Decreto-Lei, isto é, atender aos interesses dos latifundiários retrógrados e aos setores conservadores do PMDB e também do PFL.

O Decreto-Lei, na avaliação de Mussi, foi um ato de irresponsabilidade do Ministro Jader Barbalho, que não avaliou as suas consequências. Os trabalhadores não confiam mais nas promessas do Governo e dos partidos e por isso cada vez mais farão pressão sobre o Governo, diz o Secretário.

Na Constituinte, há uma arregimentação de forças conservadoras com o objetivo de

combater sistematicamente a Reforma Agrária, transmitindo ao Brasil a idéia que não há necessidade da mesma. E por fim, diz o Secretário Mussi ao pedir demissão, ele critica o PMDB que não se manifestou sobre o Projeto de Lei assinado pelo Presidente, embora tenha em seus estatutos o compromisso da Reforma Agrária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que não haveria muita coisa a dizer e acrescentar, pois o Secretário da Reforma Agrária ao pedir demissão definiu muito bem a situação pela qual ela está passando aqui no Brasil. Está claro para todos que o Governo Federal, ao assinar esse Decreto, assinou a não realização da Reforma Agrária. Talvez o único que não quer ver e aceitar essa realidade seja o Partido que governa, que é o PMDB. No entanto, quero analisar com mais profundidade o Decreto que implantou as mudanças no INCRA e no Ministério da Reforma Agrária. Esse Decreto-Lei em resumo diz que: a Reforma Agrária não deve ser feita no Brasil.

Vamos ver os pontos contidos nele. Primeiro, a extinção do INCRA representa um retrocesso administrativo, pois ele deixa de ser uma autarquia e passa a ser vinculado a um ministério. Isso vai emperar ainda mais essa máquina enferrujada pelo tempo, pela incompetência e certamente vai gerar mais burocracia e mais demora na execução da Reforma Agrária.

Segundo: Criou-se a dita área de produção sendo que o Decreto proíbe a desapropriação das áreas que estejam em produção. Essa é uma forma mágica para que os latifundiários preservem suas terras sem fazê-las produzir, pois basta que se coloque meia dúzia de bois ou de cabritos em cima de um latifúndio qualquer, para dizer que essas terras estão em produção. Com isso, acabou-se com a figura da função social da terra, conforme define o Estatuto da Terra, que fez parte de um processo atrasado da Reforma Agrária da nossa história.

Terceiro ponto que nós temos que analisar: outra aberração do Decreto é estabelecer que as áreas desapropriadas não podem exceder a 75% do seu total, dando direito ao proprietário escolher para si, 25% da área desapropriada. Essa é uma outra medida típica de quem não quer fazer Reforma Agrária.

É claro que o proprietário vai escolher o que ele tem de melhor e em caso de passar para os assentamentos, dará a parte pior. Isso não se pode concordar que tenha o interesse de favorecer a Reforma Agrária.

Outro ponto, é a imissão imediata da área desapropriada desde que o proprietário escolha os 25%, essa é uma verdade pela metade. O Governo não diz no Decreto

como é que ele vai agir se o proprietário não escolher os 25% e quiser ficar com toda a área desapropriada. Nesse caso, ele usa a lei que está aí e não deixa o Ministério da Reforma Agrária tomar posse. E daí, como é que fica?

Outro ponto, é o limite mínimo da desapropriação isto é, a não desapropriação de áreas menores que 250 hectares. Essa é uma medida excelente, só que feita pela metade, pois o proprietário que tem um latifúndio de 1.000 hectares, por exemplo, vai desmembrar em quatro partes de 250 e jamais terá a sua terra desapropriada, mesmo que não produza nada nela.

Faltou neste caso, uma cláusula complementar que proibisse o desmembramento das áreas. Outro engano passado para a população, através de decreto, é a determinação de emitir 100 milhões de títulos de dívida agrária, que representa Cz\$ 220 bilhões de cruzados.

Parece muito dinheiro, mas do jeito que o Governo está fazendo hoje, é possível assentar aproximadamente 100 mil famílias, quando só no Paraná nós temos 280 mil famílias de sem-terras, sem contar com 383 mil bóias-frias. O que está errado nisso? E a forma como o Governo paga as desapropriações é a preço de mercado. Terra que não está produzindo, jamais pode ser paga por esse preço. Se o Governo quisesse fazer a Reforma Agrária, pagaria para os latifundiários, pelas terras que não estão produzindo, o valor declarado no Imposto Territorial Rural, com isso permitiria desapropriar muito mais terras do que ele vem fazendo até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O tempo de Vossa Excelência esgotou-se e esta Presidência lhe concede um minuto para encerramento.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante desse Decreto do Presidente José Sarney, certamente ele poderia ter sido bem mais simples, para fazer o que ele fez. Ele poderia ter feito o seguinte. Feito um Decreto com dois artigos: Artigo 1º - Fica decretado que não se fará mais Reforma Agrária no Brasil. Artigo 2º - De hoje em diante faremos apenas colonização nas áreas devolutas da União e dos Estados e 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Isso bastava, mas ele procurou complicar para dar uma aparência de Governo no seu desgoverno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa consulta à Liderança do PDT se fará

uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia ser outra senão a nossa fala esta tarde, dentro da área de segurança pública do nosso Estado, da nossa Cidade.

Nós temos alertado a esta Casa e temos feito o mesmo também através do veículo de comunicação ao qual pertencemos, da necessidade de uma remodelação no esquema de segurança pública no Estado do Paraná.

Nós não podemos mais admitir o que está acontecendo nesta Cidade, onde uma média de 80 queixas são registradas na Delegacia de Furtos e Roubos, isto sem contar aquelas em que as vítimas entendem que não resolverá nada fazer queixas, é melhor deixar assim, pois o prejuízo foi pouco, foi razoável, a vida foi preservada, deixa como está para ver como é que fica.

Nós temos constatado, nestes últimos dias, que os bandidos estão agindo mais livremente nesta Cidade depois da idéia, da medida totalmente errada adotada pela Secretaria de Segurança Pública, de desativar os módulos policiais. Isso aí facilitou o trabalho para os marginais. Ora, nós temos que, evidentemente, procurar complicar as coisas para os bandidos e, no entanto, estamos fazendo totalmente ao contrário, desativando módulos policiais. Eu pedi nesta Casa, via requerimento, a desativação de duas delegacias que eu acho que não tem mais razão de estarem funcionando, e que o pessoal dessas duas delegacias poderiam ser colocados em outras delegacias com mais atividades. Lamentavelmente o meu requerimento foi rejeitado nesta Casa. Passei a sugestão pessoalmente ao Secretário de Segurança Pública e até agora também nenhuma medida foi tomada.

O assalto de que foi vítima, na noite de ontem e madrugada de hoje, o Deputado Anibal Khury, o assalto sofrido há duas semanas atrás pelo também Deputado Antônio Bárbara é a demonstração da facilidade que os bandidos estão tendo para agir neste Estado do Paraná. É o retrato de uma insegurança ineficiente; é um retrato de uma polícia que não tem motivação para trabalhar. O próprio Deputado Antônio Bárbara é testemunha disso quando perguntou aos policiais: por que é que vocês não continuaram a perseguição àqueles que me assaltaram e seqüestraram? Disseram ao Deputado, e este o repetiu a mim, aqui neste plenário: "Senhor Deputado, nós ganhamos pouco mais de Cz\$ 5 mil cruzados, a nossa vida vale muito mais do que isso. Portanto, é melhor deixar o bandido fugir, quem sabe mais tarde ele venha a ser preso."

E a propósito, quando se fala em segu-

rança, e o Deputado Alexandre Ceranto também tem vindo a esta casa, tem vindo a esta tribuna, queixar-se das precárias condições em que se apresentam delegacias na sua região. Vejam bem aqui o quanto é difícil ser polícia neste Estado do Paraná e, por conseguinte, neste Brasil todo: o policial, se está a serviço e se ele porventura se acidentar com esta viatura policial, ele tem que pagar o conserto desta viatura em consequência do Estatuto da Polícia Civil. Vejam aqui um caso sério de uma sindicância feita na Polícia Civil, envolvendo o policial civil Valdir de Córdoba Bicudo, que estava fazendo entrega de intimações numa viatura da Polícia Civil, ele foi solicitado por um cidadão para que transportasse uma senhora até um hospital porque ela estava sendo vítima de um ataque cardíaco. O policial prontamente atendeu, mesmo quem sabe até não respeitando ordens superiores, mas ele atendeu. No trajeto para o hospital acabou passando num sinal fechado, com o giroflex acionado, com sirene ligada. Resultado: uma senhora que não estava com a atenção muito voltada para o trânsito passou com o sinal aberto que estava para ela, mas não notou que havia uma sirene ligada, não ouviu. Consequência: colisão. Desta colisão, Srs. Deputados, orçado o prejuízo no veículo da Polícia em Cz\$ 60 mil cruzados, mais precisamente no total de Cz\$ 60 mil, 78 cruzados e 12 centavos. Este policial... feita a sindicância no Conselho da Polícia Civil, o relator desta sindicância optou pelo arquivamento do processo porque entendeu que o policial cumpriu um dever que era muito importante de salvar uma vida, porque se omitisse poderia ser também punido por omissão. Então, não tinha escapatória para este policial.

O relator optou pelo arquivamento. No entanto, o Conselho da Polícia Civil, seis Delegados votaram favoráveis à punição para este policial. Vejam que aberração, Srs. Deputados! Um policial que salvou uma vida, sofreu um acidente com a viatura, acabou sendo punido a pagar a quantia de Cz\$ 60 mil cruzados para os cofres do Estado.

Quanto ganha este policial? Pouco mais de Cz\$ 12 mil cruzados, bruto; líquido fica em torno de Cz\$ 9 mil cruzados. Esses Cz\$ 60 mil cruzados ele tem que pagar em cinco prestações o que vai dar aproximadamente de Cz\$ 12 a 13 mil cruzados cada uma. Ele é casado e tem três filhos.

Vejam então o retrato da segurança que nós temos. Que motivação tem o policial hoje para cumprir com a sua obrigação? É melhor ele ficar na delegacia, de braços cruzados, não sair atrás de bandido, porque se ele sair atrás de bandido e bater a viatura ele vai ter que pagar o conserto

da viatura, se ele sair atrás do bandido gastar balas e não matar o bandido ou ferir o bandido e não tiver como provar que gastou as balas atirando em perseguição ao marginal, ele vai ter que pagar essas balas também. Se na perseguição ele perder a arma, ele vai ter que pagar esta arma também.

Então, por isso tudo, Srs. Deputados, a segurança precisa de uma modificação. É preciso que quando vier a Constituinte Estadual nós, através de uma Lei, mudemos este estatuto da própria Polícia Civil, não permitindo que esta aberração continue se fazendo em cima do policial que é mal pago e que convive diariamente com o crime. É preciso que se faça na verdade alguma coisa.

Amanhã os detetives de carreira da Polícia Civil vão se reunir em mais uma assembleia, pedindo melhorias salariais e pedindo, inclusive, porque eles ajuizaram uma ação contra o Estado do Paraná pela forma ilegal como foi sancionada uma Lei nesta Casa, a Lei 8290, de 07 de maio de 1986. E amanhã, nesta Assembleia, se decide por medidas sérias que serão tomadas pela polícia.

Por isso, neste momento, não apenas em nome de quem sofreu o assalto, no caso o Deputado Anibal Khury, mas em nome de todos aqueles trabalhadores, aquelas donas de casa, os jovens, os estudantes, as vítimas de assaltos diários nesta cidade, em nome desta gente, que não há que diferenciar pessoas que são vitimadas pela violência, com todo respeito ao Deputado Anibal Khury, pois os assaltos acontecem diariamente, e em nome dessas vítimas da insegurança que vivemos nesta Cidade, é preciso que se faça alguma coisa, é preciso que o Governo do Estado coloque mais verbas na segurança pública, dê melhorias ao policial e dê melhores condições para que ele possa, na verdade, desempenhar a sua função.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa consulta o PL se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na condição de membro do Grupo Parlamentar Agropecuario, reporto-me ao requerimento que fiz a esta Mesa, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, Álvaro Dias, com respeito à não taxa-ção do ICM sobre o leite.

Volto hoje a esta tribuna, para representando o Partido Liberal, ressaltar a importância do ato de Sua Excelência em decidir pela não incidência do imposto.

Esta decisão, que vem atender a uma justa reivindicação dos produtores, dos consumidores da classe política, é das mais sensatas.

Vitória maior, sem dúvida, deve-se aos produtores - que pela união e força empreendida na luta contra a intenção de onerar a já deficitária atividade, foi compreendida pelos setores competentes do Governo estadual.

Outro grande beneficiado, sem dúvida, com a não taxa-ção do leite, é o consumidor, qual teria que pagar ainda mais pelo produto, que para boa parte da população paranaense já é inacessível.

Por outro lado, há que considerar que a pecuária leiteira já vem sofrendo golpes sucessivos e nos últimos dois anos, a situação se agravou sobremaneira com os preços recebidos pelos produtores, sequer cobrindo os custos da produção. A taxa-ção conseqüentemente seria o golpe de misericórdia da atividade, já que o consumo cairia ainda mais e o produtor totalmente descapitalizado iria, fatalmente, se desfazer do seu rebanho.

O Paraná já teve, há cerca de 5 anos, o melhor rebanho leiteiro do País e hoje lamentavelmente, devido a uma série de erros na política governamental, está com a qualidade comprometida e o plantel consideravelmente reduzido. Uma taxa-ção de 8,5% sobre o leite agravaria ainda mais a situação, podendo provocar a curto prazo, o fim da pecuária leiteira em nosso Estado.

Esperamos, agora, que outras medidas de bom senso sejam adotadas, como a redução da alíquota incidente sobre a carne, que de 5% passou para 17%, dificultando a uma grande parte da população paranaense, a aquisição das principais proteínas para atender às necessidades básicas de sobrevivência.

Por isso nesta oportunidade, renovamos o apelo ao Governo estadual no sentido de que seja dada prioridade a essa questão que é considerada fundamental para o bem estar do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Horário da Liderança, consultamos o PFL se deseja fazer uso do seu horário.

(Declina) Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

(Declina) Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

(Declina) Havendo declinado, e encerrado o Horário das Lideranças,

passaremos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Nota Oficial de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, lamentando a tentativa de seqüestro de que

foi alvo o Senhor Deputado Anibal Khury.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n. 268/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 96/87), dispõe que aos funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3º e 8º do Decreto-Lei n. 8.335 de 12.06.87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2336 de 15.06.87, conforme especifica. **Aprovado.** (Public. no DA. 14 de 13.10.87, Mensagem).

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem). Só para registrar que essa Redação Final desse Projeto de interesse do funcionalismo público do Paraná foi aprovado com a presença dos Deputados Algaci Túlio, Alexandre Ceranto, Erondy Silvério, Pedro Tonelli, Caíto Quintana, Antônio Annibelli, Presidente desta Casa, dos Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira, Pirajá Ferreira e dos Deputados Ferrari Júnior, João Arruda, Paulino José Delazeri e do Deputado Ezequias Losso.

4.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 267/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 86/87), objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com **EMENDAS DE 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Emenda n. 07 - Aprovada.

Emenda n. 08 - Aprovada.

Emenda n. 09 - Aprovada.

O Projeto irá à Redação Final.

2.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 255/85, de autoria do Deputado Mário Pereira, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Eu solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vamos proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vinte e três Senhores Deputados responderam a chamada.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do jornalista e advogado de Maringá, Verdelírio Barbosa. Sua presença honra muito esta Casa.

Vinte e três Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" apenas para prosseguimento da sessão.

Esta Presidência vai proceder à verificação de votação proposta pelo Deputado Algaci Túlio.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n. 255/85 queiram levantar-se.

Doze Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Nenhum Senhor Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão ...

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Quero fazer declaração de voto.

Votei favorável aos Projetos 268, 267 e 255/85.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Será registrado.

O SR. PEDRO TONELLI - Indago à Executiva desta Casa se houve determinação com relação a um requerimento que foi encaminhado na sessão de anteontem que seria ...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - A Mesa chama a atenção dos Senhores Deputados que houve esclarecimento de que não há "quorum", não há sessão, portanto não há questão de ordem.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, às 10.00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei ns. 137/87, 213/87, 230/87 e 234/87 e dos Projetos de Resolução ns. 63/87

e 64/87.

Marca ainda, uma sessão extraordinária  
para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns.

35/86, 104/87, 142/87, 83/87 e 75/87.

Levanta-se a sessão.